



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

15ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
RONDÔNIA

EM: 23.04.2024

INÍCIO: 15h30min

PRESIDENTE: SR. PEDRO FERNANDES

SECRETÁRIO: SRA. GISLAINE LEBRINHA

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, iniciamos os nossos trabalhos e declaro aberta a 15ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 11ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito à Senhora Secretária, Deputada Gislaine Lebrinha que está hoje secretariando, que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

A SRA. IEDA CHAVES (Por videoconferência) - Presidente, registra a minha presença, por favor, Deputada Ieda Chaves.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Registrar a presença da Deputada Ieda Chaves.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Secretária ad hoc) - Boa tarde nobre Presidente, é uma alegria estar aqui secretariando a Sessão hoje. Cumprimentar os Deputados Delegado Camargo e Ismael Crispin.

(Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior)

Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. LUIS DO HOSPITAL (Por videoconferência) - Presidente Deputado Pedro, por favor, registra a presença Deputado Doutor Luis do Hospital.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Registrar a presença do Deputado Luis do Hospital.

Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações e nem nada a discutir, dou por aprovada a presente Ata.

Solicito a Secretária que proceda à leitura do Expediente recebido.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Secretária ad hoc) - Procede à leitura do Expediente recebido, a seguir:

Expediente Recebido

1 - Mensagem nº 65/2024 - Poder Executivo, encaminhando Veto Total ao Projeto de Lei nº 101/24 de autoria do Senhor Deputado Jean Oliveira que "Dispõe sobre a proibição da participação de crianças e adolescentes em eventos, manifestações e movimentos cujo tema seja a sexualidade".

2 - Mensagem nº 66/2024 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, até o valor de R\$ 3.690.931,40, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Educação - Seduc".

3 - Mensagem nº 67/2024 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 31.993.106,64, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - Seosp".

4 - Ofícios nºs 1951, 1980, 2004, 2010, 2133/2024 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 1006, 918, 917, 873, 1027/2024 de autoria do Senhor Deputado Delegado Camargo.

5 - Ofícios nºs 1965, 1967, 1994, 1996, 1998, 2012, 2037, 2076, 2083/2024 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimentos Parlamentares nºs 944, 1012, 945, 1008, 943,

947, 1011, 1014, 1007/2024 de autoria da Senhora Deputada Dr^a Taíssa.

6 - Ofício n° 1955/2024 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar n° 938/2024 de autoria da Senhora Deputada Cláudia de Jesus.

7 - Ofício n° 1995/2024 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar n° 985/2024 de autoria do Senhor Deputado Edevaldo Neves.

8 - Ofício n° 2029/2024 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar n° 954/2024 de autoria do Senhor Deputado Jean Mendonça.

9 - Ofício n° 2053/2024 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar n° 925/2024 de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

10 - Ofício n° 2071/2024 - DITELIR, encaminhando resposta aos Requerimento Parlamentar n° 986/2024 de autoria da Senhora Deputada Ieda Chaves.

11 - Ofício 4842/2024 - Supremo Tribunal Federal, encaminhando decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 7.421 em face da Lei Complementar n° 1000/18.

12 - Ofício 4848/2024 - Supremo Tribunal Federal, encaminhando decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade n° 7.422 em face da Lei Complementar n° 1000/18.

13 - Ofício 145/2024 - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, comunicando que a decisão que negou provimento ao

Agravo em Recurso Extraordinário da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0804882-51.2021.8.22.0000, em face da Lei nº 4.644/2019 transitou em julgado.

14 - Ofício 146/2024 - Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, comunicando que a decisão que negou provimento ao Agravo em Recurso Extraordinário da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0803758-96.2022.8.22.0000, em face da Lei nº 5.327/2022 transitou em julgado.

15 - Gabinete da Senhor Deputado Luís do Hospital, encaminhando justificativa de ausência da sessão do dia 17 de abril de 2024.

16 - Gabinete da Senhor Deputado Ismael Crispin, encaminhando justificativa de ausência das sessões dos dias 02 e 03 de abril de 2024.

Lido, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Obrigado, Deputada Lebrinha. Passemos agora às Breves Comunicações. O orador inscrito é o Deputado Ismael Crispin, pelo tempo que ele achar pertinente para as suas explanações.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas. Deputada Lebrinha secretariando, aqui presente no plenário da Casa; Deputada Ieda, Deputada Rosângela, Deputada Cláudia e Deputada Dr^a Taíssa - algumas que nos acompanham também pelo modo remoto.

Senhor Presidente, na semana passada nós estivemos - eu e alguns deputados -, presentes no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados em Brasília, e naquele momento, havia uma discussão sobre a questão das emancipações dos municípios.

É claro que esse tema nos traz algumas curiosidades. Nós estamos em um Estado da região Norte do país, um Estado extremamente jovem e que tem crescido de modo acelerado. Naturalmente, nós queremos que não seja dado ao Estado de Rondônia, por ser um Estado muito jovem, o mesmo tratamento dado a alguns Estados da federação que já atingiram maior idade.

E quando o tema é emancipação, esse é um tema que tem trago inclusive alguns conflitos no Estado de Rondônia dado à sua juventude. E por que conflitos, deputado? Porque a Emenda Constitucional 15 de 1996, de autoria do então Senador José Serra, inclui no mesmo bojo a questão do desmembramento, da fusão, da incorporação em que pese atribuir aos Estados, ou seja, à Assembleia Legislativa discutir sobre esse tema, legislar sobre esse tema.

Porém, tem uma ressalva. Qual é a ressalva? Para que a Assembleia Legislativa possa discutir sobre isso, é necessário que o Congresso Nacional regulamente através de Lei Complementar essa possibilidade, e aí consulta pública para que possamos avançar.

O que ocorre? O Congresso Nacional, na sua morosidade, é aí que me preocupa, e nós estamos trabalhando agora uma discussão através do colegiado e já vamos apresentar, inclusive, aos nossos pares da Comissão de Constituição e Justiça, aqui da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, para sermos o primeiro a propor - porque as outras unidades da federação também propõem -, para que

nós tenhamos condições de trazer para esta Casa algumas discussões que são importantes para nossa comunidade.

E esse tema me prende muito, até porque, veja, lá no meu município, São Miguel do Guaporé, nós temos uma região de conflito com o município de Seringueiras. E olha, os desenformados chegam a dizer que, por ocasião da emancipação do Município de Seringueiras e por ocasião da emancipação do Município de São Miguel do Guaporé, não foram realizados plebiscitos, não foram ouvidas as comunidades. O que não é verdade.

Agora, também é verdade que os tempos passaram e a tecnologia possibilitou às pessoas conseguirem identificar o local exato das divisas desses municípios. O que gera conflito, como é o caso de Alvorada D'Oeste, como é o caso de Castanheiras, de Nova Brasilândia, de Ariquemes com Montenegro e de tantos e tantos outros municípios aqui no Estado de Rondônia.

E aí, por que eu estou trazendo, Senhor Presidente, essa discussão? Justamente também pelo clamor que há, pela vontade de alguns distritos do Estado de Rondônia que cresceram, e cresceram muito como eu disse, de modo acelerado. Da vontade de se ter autonomia, ou seja, da vontade de serem emancipados politicamente. "Ah, mas a Assembleia Legislativa não pode fazer nada por esses distritos."

Ora, eu acabo entendendo que nós podemos, sim. É um momento e aí, claro, para os colegas que estão nos ouvindo, para aqueles que estão aqui e pelo Brasil afora, onde estiver situações semelhante à nossa, nós podemos fazer alguma coisa. Fazer o quê, deputado? Provocar o Congresso Nacional, em especial as nossas bancadas. Nós temos três

Senadores. E é competência legislativa, inclusive do Senado, de iniciar esse tipo de discussão.

Então, nós podemos fazer essa discussão, porque é legítimo, é inaceitável, por exemplo, que um distrito como o de União de Bandeirantes, que é conhecido de todos nós, senhores. Pasmem os senhores, só em Rondônia, União do Bandeirantes é maior em população, de número de eleitores, do que 19 municípios. O distrito de União Bandeirantes, distrito da nossa capital Porto Velho, em número de eleitores, é maior do que 19 municípios.

E o que dizer de Extrema? E lá, eu tive a oportunidade de até ver algumas defesas em relação a Extrema, dado a sua distância da sede do seu município, que é Porto Velho. Mas, Extrema, em número de eleitores, é maior do que oito municípios em Rondônia.

Então, qual é a nossa alternativa? Qual é a nossa possibilidade? Se nós temos uma vedação constitucional, se o Artigo 18 e o parágrafo 4º da Constituição nos priva de alguma coisa, por outro lado ele não nos proíbe gritar. Ele não nos proíbe fazer uma articulação política, Deputado Delegado Lucas, para que essas coisas possam acontecer em Rondônia.

E aí, se nós temos um número tão grande de repente, de municípios emancipados com número de eleitores bem menores, é possível que esses outros distritos, que são maiores, que têm quantidade de eleitores maior, possam chegar a sua idade plena; possam, sim, se emancipar. Mas, para isso, o que importa, e penso que deve ser feito, pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia em específico, é conversar com os nossos senadores.

E o Brasil vive esse momento, que é tão especial; esse momento de polarização, um momento de discussão ideológica,

mas nós podemos discutir outros temas. Nós podemos ir além. Porque se a gente consegue avançar em temas como esse, de verdade, nós estamos trabalhando pelo progresso e pelo desenvolvimento do Estado de Rondônia, dando liberdade às pessoas; fazendo com que o Estado, que tem crescido muito, cresça, no entanto, com autonomia.

E aí é chamar à responsabilidade. Porque, para esse tema, não interessa de que lado estamos. Não interessa se a ideologia é de esquerda, ou se é de direita ou se é de centro. Nós precisamos olhar para quem está vivendo aqui neste Estado.

E é lamentável. Quando a gente precisa fazer discussões como essa, porque, por mais que queira o prefeito da capital Porto Velho, ele não consegue atender a contento os moradores do distrito de Bandeirantes.

Por mais que queira o prefeito de Jaru, ele não consegue atender a contento os moradores do distrito de Tarilândia, Deputado Pedro.

Então, é possível a gente aproximar a administração pública dessas pessoas, que são contribuintes como qualquer outro; que pagam os seus impostos como quaisquer outros; que estão lutando para ter dias melhores como quaisquer outros. Eles precisam dessa defesa.

E aí fica aqui o nosso lançar de luzes ao Congresso Nacional e à bancada federal do Estado de Rondônia: os nossos oito deputados federais e os nossos três senadores. Que essa seja uma bandeira de quem tem mandato no Estado de Rondônia: cuidar dos rondonienses onde quer que esses estejam.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Parabenizar o Deputado Ismael Crispin, sempre muito preciso nas suas falas; e, realmente, é de grande importância rever a situação dos municípios.

A gente tem também ali no Município de Cujubim, do qual eu fui prefeito por dois mandatos, a divisa entre Porto Velho e o Município de Cujubim. Ninguém sabe quem é que cuida das estradas, quem busca os alunos; e, para Porto Velho, fica totalmente na contramão. Ele tem que entrar lá dentro do Município de Cujubim para dar a volta para o Município de Calama, aquela região da Gleba Rio Preto, ali, que é uma grande região do Município de Porto Velho, que, para ser atendido, tem que ser através de rios. E as estradas chegam através de outro município.

Então, realmente, Deputado Ismael Crispin, o senhor tem toda a razão nessa preocupação dessa demarcação dos territórios, que, muitas vezes, naquela época foram criados, mas com demarcação feita sem a tecnologia que temos hoje, com a precisão da localização dos moradores e do trabalho que deve ser feito.

Quero passar a palavra agora para o Deputado Delegado Lucas, pelo tempo que achar necessário.

Antes, registrar a presença aqui do Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. RIBEIRO DO SINPOL (Áudio via WhatsApp) - Registrar a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol, por favor, Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Por favor, registrar a presença do Deputado Ribeiro do Sinpol.

O SR. JEAN MENDONÇA (Por videoconferência) - Presidente, Questão de Ordem. Poderia registrar a presença do Deputado Jean Mendonça?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Deputado Jean Mendonça, registrar a presença do Deputado, por favor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Por videoconferência) - Presidente, registra a presença da Deputada Cláudia de Jesus, por favor?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Registrar a presença da Deputada Cláudia de Jesus.

Deputado Delegado Lucas está com a palavra.

O SR. DELEGADO LUCAS - Obrigado, Senhor Presidente. Na oportunidade cumprimento a todos os pares presentes, seja de forma presencial ou de forma on-line. E a galeria. Membros aqui da sociedade rondoniense.

Eu quero iniciar essa fala parabenizando o discurso que me antecedeu, do nobre Deputado Ismael Crispin. Pude estar com Vossa Excelência em Brasília, na semana passada, no 1º Fórum Nacional Para Debater a Emancipação de Distritos no Brasil, pelo ponto de vista da municipalidade republicana.

Nós sabemos que o Estado de Rondônia tem muitas pautas nesse sentido, que devem avançar, as quais estão travadas pela forma como a legislação, hoje, atribui ao Congresso Nacional essa privatividade no que tange à criação, emancipação, fusão e, enfim, à criação de novos municípios.

Transformar distritos aqui em Rondônia, há mais de décadas, já é patente. Há necessidade de elevar para outro patamar – seja pelo coeficiente populacional, que dentro dos patamares rondonienses estão mais do que aceitáveis –, assim como, também, pela grande distância das cidades-sedes.

A gente dá um exemplo aqui – Jacinópolis –, que tem ali aproximadamente 8 mil habitantes, que, se juntar com o distrito de Nova Dimensão, por exemplo, já é mais do que justificado. Nós falamos aí que Extrema fica a 320 quilômetros da cidade-sede que é Porto Velho e já nos assustamos, mas Jacinópolis por mais de 10 anos esteve distante praticamente 700 quilômetros da sua cidade-sede. Porque, entre o distrito e a cidade-mãe, havia uma unidade de conservação que não era permitida atravessá-la. Somente com uma calamidade pública, no ano de 2014, que foram aquelas grandes enchentes do rio Madeira, que foi permitido pela Justiça abrir aquela estrada e então o distrito teve um acesso direto a sua cidade-sede, que é Nova Mamoré, encurtando o caminho, mas ainda ficando na casa dos 200 quilômetros praticamente.

Ainda muito longe, mas pense o cidadão daquela cidade tinha que se deslocar 640 quilômetros, aproximadamente, um servidor público e qualquer questão administrativa que tivesse que ser resolvida na prefeitura daquela cidade, que administra aquele distrito, um deslocamento desse incabível.

Então, parabéns Deputado Ismael Crispin, esta Casa com certeza é sensível a essas questões. E se Constituição Federal atribuísse à Assembleia Legislativa a possibilidade de delimitar essas questões dos municípios, o que não gera grande impacto financeiro para a União, porque o bolo continuará o mesmo só será repartido de uma forma mais justa. Então, o repasse que vem da União para o município só vai conseguir chegar melhor para o distrito, porque a parte do distrito será definitivamente entregue para ele, através de um município novo que seria criado.

Nós sabemos que existem alguns argumentos que precisam ser vencidos e por isso o debate é muito oportuno, principalmente de que há uma máxima no Brasil de que criação de novos municípios seria apenas para cabide de empregos, para criação novas prefeituras, de novos cargos de vereadores, de secretarias e etc.

Mas, nós sabemos que na verdade existem casos que isso é urgente. É uma questão até de política pública poder atender melhor àquela população que está necessitando. Então, fica aqui os parabéns ao Deputado Ismael Crispin, que muito bem representou esta Casa aqui em seu discurso. Fazemos coro à sua fala.

E já que eu mencionei Jacinópolis, que há uma unidade de conservação entre Jacinópolis e Nova Mamoré, eu quero puxar esse gancho para parabenizar aqui também o Deputado Pedro Fernandes. Dia 17 da semana passada, 17 de abril, organizou uma grande Audiência Pública, na casa de mil pessoas que participaram, a população prestigiou em peso.

Pude acompanhar pelas redes sociais e parabênizo Deputado Pedro, o senhor como relator da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) por ter levado o dia da Audiência da CPI em que se discutia a sobre a Estação Ecológica

Soldado da Borracha, justamente para perto daqueles que são os mais afetados, que é aquela população ali que mora em torno de Cujubim, na zona rural e que precisa desta Casa uma posição.

Nós esperamos que a CPI continue seguindo o seu ritmo muito frutífero, profícuo e proveitoso. E eu tenho certeza que a população está muito bem representada pelo senhor, principalmente aqueles que estão no Soldado da Borracha.

E que a Audiência Pública foi um sucesso porque nós pudemos ali, uma vez mais, dar um grito, como aqui parafraseando o Deputado Ismael Crispin, da nossa indignação com essa Estação Ecológica que foi criada em 2018, dentro de uma área em que cidadãos ali tinham há 30, 40 anos já um Título definitivo.

Então, a CPI é um alento, que visa ao final demonstrar todas as legalidades que estão aí demonstradas no processo, ou até na falta do processo, da criação desses decretos que criou essas reservas e essas entidade ecológicas, estações ecológicas e demais capitulações jurídicas.

Então, parabéns Deputado Pedro por ter tomado essa iniciativa, por ter levado essa Audiência Pública para lá, por ter feito a reunião da CPI lá. E fica aqui o meu pedido de desculpas por não ter podido estar presencialmente, posto que estava em Brasília, como falei agora há pouco, na nossa reunião da emancipação dos distritos e também defendendo outras pautas que são inerentes aqui a nossa atuação como Presidente da Comissão de Direitos do Consumidor, como membro do Parlamento Amazônico e como membro do Fórum Permanente dos Colegiados de Comissões de Constituição e Justiça.

E por fim, encaminhando para o final aqui da nossa fala, eu tenho duas demandas a trazer e levar aqui ao nosso

Governador Coronel Marcos Rocha e ao seu primeiro escalão. Primeiro, no que tange à saúde. Nós temos uma preocupação muito grande, pois temos três hospitais regionais fora do eixo da BR. Um em Extrema, um em Buritis e um em São Francisco do Guaporé.

O de Buritis está no mesmo patamar de atendimento de São Francisco. No ano de 2023, fizemos o mesmo número praticamente de procedimentos cirúrgicos e enfim, de atendimentos. Nós temos um hospital de grande porte, Buritis já é uma cidade polo dali da sua região, do seu entorno.

Nós temos três, quatro vezes mais atendimentos que o de Extrema, que é um hospital que também merece a sua, tem o seu fundamento de permanecer, a sua necessidade, já foi referência no Estado de Rondônia. Mas, desses três hospitais apenas o de Buritis está com o contrato com a empresa de anestesia revogado. Não temos mais anestesistas em Buritis já há 45 dias, encaminhando para 60 dias. Extrema está funcionando todo o processo de anestesia. E também em São Francisco do Guaporé.

Agora, Buritis não está podendo fazer nenhum procedimento simples porque há seis meses foi aberto, há pouco mais de seis meses, um processo emergencial para contratação de uma empresa de anestesistas, venceu esse processo. Nós tínhamos um médico lá que era autorizado a fazer as anestésias, com a contratação dessa empresa esse médico teve seu contrato revogado, foi exonerado.

Não tem mais anestesista na cidade, a empresa faria e agora a empresa não foi renovado, a Sesau, o Secretário Jefferson Rocha está correndo para tentar contratar de forma emergencial novamente e nos surpreende um parecer, no processo de contratação dessa empresa de anestesia, dizendo

que o processo é ilícito, recomendando o próprio Estado de que a Sesau faça um processo sem seguir o trâmite emergencial.

Mas, nós sabemos que a saúde é para ontem. A saúde não pode esperar. Tudo bem que é necessário fazer um processo de licitação conforme todos os trâmites, mas enquanto não é feito esse processo deve ser autorizado que a Secretaria de Saúde faça uma contratação emergencial, porque as pessoas estão morrendo por falta de anestesia, indo para a estrada e os médicos cirurgiões querem fazer os procedimentos na nossa cidade. Nós estamos destinando recursos. A saúde está sendo atendida. Estamos no meio de uma reforma lá para melhorar as estruturas e condições, adquirindo equipamentos, mas se o governo não conseguir resolver essa pendência de contratação dos anestesistas para Buritis, nós teremos aí tragédias em breve.

Eu estive reunido ontem com o Secretário de Saúde Jefferson Rocha, presencialmente, e ele garantiu da sua luta, do seu empenho de fazer com que esse processo avance. Então, nós confiamos que o Governador Coronel Marcos Rocha e o Coronel Jefferson, da Secretaria de Saúde, conseguirão apresentar uma solução em breve para que nós possamos vir aqui em plenário dizer que o problema da saúde de Buritis, do Hospital Regional, está resolvido e que nós temos anestesistas novamente.

Inclusive foi sugerido que se permita novamente, como já aconteceu anteriormente, que os médicos próprios que estão contratados lá sejam contratados como anestesistas enquanto não se resolve essa questão da empresa, porque existem médicos lá aptos para trabalhar como anestesistas, como já fizeram. E antigamente funcionava sem nenhum problema, isso conforme autorização do Cremero (Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia).

E por fim fica o nosso apelo à Sefin. Nós já tivemos várias reuniões com a Sefin, o Secretário Luís Fernando nos atendeu, foi muito cortês no atendimento, mas não deu uma resolução à pendência da nota do produtor do distrito de Rio Pardo.

Rio Pardo, graças a uma ação excepcional do Governo do Estado, hoje tem a sua APA (Área de Proteção Ambiental) regularizada. As atividades econômicas que podem ser desempenhadas na APA estão funcionando perfeitamente, conforme uma portaria da Sedam. Só que com essa regulamentação, criou um entrave entre as duas Secretarias. E o produtor rural de Rio Pardo hoje tem que ir na Sefin para depois ir na Sedam, para depois ir na Sefin de novo; e acaba em um procedimento, tendo que provar que está dentro de uma área regularizada, que o próprio Estado regularizou, e não consegue vencer essa burocracia, acaba sendo prejudicado e não consegue a nota do produtor.

Basta uma pequena adequação de norma, já levamos uma minuta da supressão do texto, da alteração que deve ser feita. O Secretário de Finanças manifestou-se positivamente. O Secretário da Sedam também concordou, anuiu, mas falta que isso se materialize. Nós precisamos, já estamos o ano inteiro aguardando essa movimentação e fazemos um apelo aqui, trazendo as vozes do povo do Rio Pardo, do produtor rural, que durante muitos anos sofreu com a falta de regularização e hoje, superada essa questão da APA, precisamos apenas vencer esse entrave para que a prosperidade volte a reinar e o produtor de Rio Pardo possa ter mais dignidade ainda.

Confiamos que o Governador Coronel Marcos Rocha e a sua equipe do governo estão sensíveis a esse problema. Em breve estaremos aqui voltando ao plenário também para dizer

que a nota do produtor está sendo atendida e está saindo o quanto antes. Fica o nosso agradecimento.

Mais uma vez parabéns, Deputado Pedro, pelo seu compromisso, pelo seu empenho com a população do Soldado da Borracha. Conte conosco e com essa Assembleia. Um grande abraço.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Bem, Deputado Delegado Lucas, parabéns por sua fala. Foram pautas pertinentes e que realmente precisam de uma atenção especial.

A questão dos anestesistas realmente precisa fazer o processo. Se é emergencial, porque as pessoas não podem esperar. Nós não podemos deixar que as pessoas morram lá não podendo fazer uma cirurgia por causa da falta de anestesista e pela burocracia de um parecer técnico falando que não pode fazer um emergencial, já que não tem esse médico disponível no quadro do Estado.

Então, realmente, é uma necessidade urgente. E parabenizar pelos investimentos que tem feito lá no hospital. Eu também mandei emenda minha para o mobiliário, indicação minha para complementar a emenda de Vossa Excelência, para concluir lá, que fizeram o primeiro projeto para reforma, mas faltou a parte elétrica nas outras partes da reforma. E eu fui junto ao Secretário, junto com o Deputado Delegado Lucas, porque é uma preocupação a área da saúde. Precisa realmente do investimento e o Estado está fazendo esse investimento de quase R\$ 1 milhão e 300 mil; R\$ 750 mil a emenda do Deputado Delegado Lucas e o restante do Governo do Estado que está ampliando e reformando aquela unidade. Parabéns, deputado.

Quero aqui também dizer que a presença do senhor realmente fez falta naquela Audiência Pública, pois é um dos deputados que têm defendido essa pauta junto conosco – não é, Deputada Gislaíne Lebrinha? –, mas a Audiência foi um sucesso, o nome do senhor foi citado lá por várias vezes.

Quero aqui também lembrar do Deputado Alex Redano, que foi o nosso Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que também fizemos lá a reunião da CPI das 11 reservas, na qual a gente tratou de ouvir *in loco* as pessoas que moram ali. Realmente, apresentaram documentos, apresentaram que moravam ali; pessoas que fizeram o procedimento do processo, e realmente a gente observou que eles nunca estiveram na área. Então, a CPI avança e demonstra a cada dia que a gente ouve as pessoas, que a gente faz as audiências públicas, que a gente faz as oitivas, ouvindo as pessoas, a gente vê que realmente tem mais embasamento nesse procedimento.

Então, vamos tratando a CPI com muita seriedade para que ela não perca o seu efeito, para que no final a gente possa fazer um relatório em que a gente vai apontar, realmente, os caminhos que devem seguir para que a gente possa ter um resultado positivo, não é, Deputada Lebrinha?

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Secretária ad hoc) – Inclusive, quero aproveitar aqui também esse momento, Presidente Deputado Pedro, te parabenizar pela iniciativa da Audiência Pública, onde estivemos presentes também, eu e o Deputado Federal Lebrão, que também luta por essa causa; Deputado Lucas, há bastante tempo; Deputada Dr^a Taíssa também estava presente, e lá onde foi observado pelos os moradores da região que moram há décadas, inclusive, com

documentos que comprovam, não só os Títulos, mas também, a movimentação de gado, as cartas-imagem dos pastos.

E a gente fica, na verdade, muito solidária a essa situação de você ver famílias que investiram a sua vida toda, Deputado Rodrigo, lá naquela região, e hoje, estão se vendo com essa insegurança dentro do campo. Não dormem em paz, e a gente pôde comprovar isso durante essa Audiência Pública.

Te parabenizar, Deputado Pedro, e também o Presidente da CPI, Deputado Alex Redano, que estiveram lá onde tive a oportunidade de fazer parte dessa oitiva, com os nossos moradores. E a gente também fica solidária a toda essa questão e pede também, ao nosso Governo do Estado que possa estar olhando. Foram criadas as reservas, foram 11, mas temos que considerar que algumas delas, são áreas que estão já ocupadas há muito tempo, muito antes disso, inclusive, com documentação que comprova isso, já expedida.

Também, me mostrar solidária a essa questão do hospital lá de Buritis, Deputado Lucas, nós passamos por uma situação muito semelhante no Hospital Regional de São Francisco do Guaporé, não pela falta de anestesista. Lá nós temos anestesistas, mas não temos os cirurgiões, não temos especialistas e nem obstetras. Então, até os partos, no Município de São Francisco do Guaporé, não estão podendo acontecer pela falta de especialistas, justamente pela dificuldade que nós temos em contratação de médicos, hoje no Estado de Rondônia, nos hospitais de difícil acesso, vamos dizer assim, de regiões mais longes dos grandes centros, que é o caso de Extrema, de Buritis e de São Francisco. Nesses locais, os médicos, pelos salários que são baixos, não vão.

Mesmo que o Governo do Estado, nosso Secretário de Saúde Coronel Jefferson tem aberto os processos seletivos várias vezes, e na verdade, não há inscritos no processo seletivo, porque os médicos não querem participar dos processos seletivos por conta dos baixos salários dessa região, onde ele perde deslocamento indo para São Francisco - mais de três horas, geralmente eles moram na região da 364 -, e eles gastam três horas para ir, três horas para voltar, e aí o valor do plantão quase não cobra essas despesas, esse tempo que ele perde para ir até a Unidade.

A gente vem pedindo a sensibilidade do Governo do Estado já há bastante tempo, para que a gente possa rever esses salários dos médicos desses municípios em que o hospital fica fora do eixo da 364, já há bastante tempo, mas ainda não conseguimos o êxito. Tentamos agora com nosso Secretário de Saúde, Coronel Jefferson, para que a gente possa fazer uma contratação também, através de uma extensão dos hospitais de Cacoal, lá para o Município de São Francisco para contratar esses médicos especialistas, Presidente Deputado Pedro, para que a gente não fique sem esses atendimentos.

E a população, às vezes, não entende essa luta que a gente vem fazendo diariamente para buscar, inclusive, coloquei o recurso, uma emenda de bancada da Deputada Lebrinha, na saúde, na Sesau para que possa ajudá-la a auxiliar na contratação desses médicos especialistas. Que possamos voltar ao atendimento do hospital de São Francisco - que já fez muito atendimento -, e hoje, sofre com essa dificuldade de médicos que não querem mais ficar nessa região, pelos salários serem mais atrativos nas outras regiões do Estado de Rondônia.

Então, conte com a gente, deputado, no que for necessário, nessa causa também do hospital de Buritis.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Sim.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Apenas eu acompanhava aqui o discurso dos colegas parlamentares, e não posso ficar silente vendo a preocupação do Deputado Lucas Torres com a saúde do Município de Buritis.

Queria aproveitar esta oportunidade, inclusive, para esclarecer à população que a saúde é de responsabilidade tripartite. É responsabilidade da União, do Estado e também dos municípios.

Eu gostaria de em especial, agradecer ao Prefeito Roni Irmãozinho, que quando estive na cidade de Buritis, me passou que recentemente, Deputado Lucas, está sendo inaugurado lá o novo Centro de Especialidades Médicas, e também, o novo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), e faltava a mobília para esses dois centros. Então, destinei uma emenda para lá, de R\$ 1 milhão para o Município de Buritis, reforçando seu compromisso com a saúde do município, da população de Buritis.

Também, no ano passado, nós destinamos uma emenda de R\$ 80.000,00, vejam só: a população que ia até os postos de saúde, pegava uma requisição médica para fazer alguns exames e ia até o local para fazer exame laboratorial, ali tinha disponível apenas 47 exames laboratoriais. Com a destinação dessa emenda de nossa autoria, foi possível que

a população de Buritis tivesse acesso a mais de 470 exames laboratoriais.

E por que isso? Porque agora é possível que o município fosse lá e adquirisse da rede privada esses exames. Então, proporcionando que outros tantos diagnósticos fossem concluídos.

Nós sabemos que os médicos precisam de alguns exames laboratoriais para fechar o diagnóstico. Então, apenas reforço aqui e endosso a preocupação do Deputado Lucas Torres com o sistema de saúde, em especial do Vale do Jamari, que é abrangido pela população de Cujubim, de Vossa Excelência, e Buritis, Ariquemes.

Fico feliz, de certa forma, de poder destinar aí já mais de R\$ 1 milhão 150 mil reforçando a saúde Município de Buritis. Muito obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO LUCAS - Posso?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Com a palavra, Deputado Lucas Torres.

O SR. DELEGADO LUCAS - Parabenizar o Deputado Rodrigo Camargo, pela preocupação com a saúde de Buritis, pelos investimentos. Com certeza, a população agradece.

Aproveitar a oportunidade, aparentemente o Prefeito Roni Irmãozinho desconhece o endereço do nosso gabinete. Nós também estamos à disposição, prefeito, para ajudar se houver alguma necessidade. Quando ele estiver por aqui pela

Assembleia, se alguém puder indicar, eu acho que ele não sabe onde fica nosso gabinete.

Nós temos toda a intenção de ajudar, também, o Município de Buritis com emendas para saúde. Fica aí a oportunidade, prefeito, caso esteja precisando. A gente pode reforçar com o Deputado Rodrigo Camargo, com o Deputado Pedro Fernandes que é da região, todos os deputados aqui são sensíveis às demandas da saúde. Nós temos toda a intenção de ajudar nossa população. Mas, o pedido da prefeitura tem que chegar, não é?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Muito bem, Deputado Lucas Torres, Deputado Rodrigo Camargo, Deputada Gislaine Lebrinha.

Quero aqui registrar a presença do Deputado Marcelo Cruz.

O SR. MARCELO CRUZ (Áudio via WhatsApp) - Presidente, Deputado Marcelo Cruz, registra a minha presença, por favor.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Por favor, registre a presença.

A gente sabe que a saúde depende de todos nós e temos que trabalhar pela saúde do Estado de Rondônia. A questão da contratação de médicos é uma questão muito difícil de ser resolvida, mas também temos que trabalhar a questão da terceirização. Pois os médicos no Estado de Rondônia, a maioria dos profissionais que estão se formando aqui, quando vão fazer especialização ficam fora do Estado.

Nós formamos muitos médicos no nosso Estado, mas nós não somos atrativos, Deputado Lucas Torres, para que esses médicos possam exercer as suas profissões dentro do Estado de Rondônia.

Uma das saídas é também a terceirização. Os órgãos de controle, o Tribunal de Contas e outros órgãos vão ter que olhar com outros olhos a terceirização na questão da saúde. Porque o povo não pode esperar. Aprovamos vários milhões de Reais aqui nessa Casa, quase R\$ 300 milhões ano passado para fazer esse investimento.

E muitas vezes o nosso Secretário Jefferson tem se esforçado, tem trabalhado diuturnamente para avançar, mas os investimentos estão parando na burocracia, na hora das contratações. Nós vamos ter que fazer uma força-tarefa para que destrave a burocracia e esse atendimento chegue à população.

Hoje, nós temos filas de exames de imagem muito grandes, Deputada Gislaine Lebrinha. O Município de Buritis mesmo, Deputado Lucas Torres, são mil e poucas pessoas na regulação para exames de imagem. Muita gente está aí há um ano, dois anos, três anos esperando um exame para que tenha um diagnóstico e não está conseguindo.

Então, nós temos que fazer um mutirão. Temos que achar uma forma da saúde destravar e dar uma liberada, pelo menos nessa demanda reprimida que nós temos. E eu acredito que vai ter que ter uma união de todos os Poderes do Estado de Rondônia nesse sentido.

Que é o mesmo quando a gente fala da questão ambiental no Estado. A gente vai ter que reunir e criar um conselho de Poderes no Estado, para que possa destravar o Estado de Rondônia. Eu participo aqui da Câmara Setorial da Carne e o debate lá - o Deputado Luís do Hospital também está lá

junto e alguns outros deputados -, a gente vê que a preocupação dos produtores de carne no Estado de Rondônia é muito grande.

Nós temos aí em 2025 uma promessa do rastreamento. Mas, a regularização fundiária não anda. Nós não temos perna para trabalhar os desembargos, porque tem muitas propriedades que estão em região legalizada, com tudo ok, mas tem os embargos, que precisam de mão de obra para poder fazer esse trabalho. Então, a parte do Estado, nós não estamos conseguindo avançar com a legislação que vem apertando o produtor no Estado de Rondônia. Nós precisamos tomar algumas providências.

A questão também da isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do gado em pé para sair do Estado. Hoje, o problema do preço do gado, Deputado Lucas, está atrelado muito à quantidade de gado que tem no Estado de Rondônia. Nós estamos com excesso de animais dentro do Estado, por isso que o preço não consegue acompanhar os preços do Sul e Sudeste do país. Então, há grande demanda de bovinos dentro do Estado.

Nós tentamos por duas vezes passar no Conselho Fazendário para poder reduzir o valor do ICMS do gado em pé, para sair do Estado de Rondônia. E o Estado de Goiás e o Estado de Mato Grosso, Tocantins...? Goiás e Mato Grosso foram contra. Então, nós não podemos ter nenhuma das 27 unidades da federação contra o Confaz, lá, na hora de passar essa autorização para o Estado de Rondônia conceder essa redução no ICMS, para que a gente possa vender o bezerro, vender a produção dentro do Estado.

Então, está acumulando muito gado e a gente pede aqui ao nosso Governador, Coronel Marcos Rocha, que ele faça uma tratativa com os governadores desses Estados, - ele,

pessoalmente -, para a gente tentar ver se consegue essa autorização para reduzir esse ICMS e a gente poder escoar o nosso excesso de gado que está no Estado de Rondônia.

Hoje não é atrativo para os compradores de outros Estados comprarem no Estado de Rondônia por questão da nossa alíquota do ICMS do gado em pé para sair do Estado.

Então, vamos continuar os nossos trabalhos.

Encerradas as Breves Comunicações, passaremos agora ao Grande Expediente. Não há oradores inscritos. Encerrando o Grande Expediente, passamos à Ordem do Dia.

Vou suspender a Sessão por dez minutos para a gente deliberar sobre a pauta e os projetos a serem votados.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Presidente, só para confirmar, está registrada a minha presença?

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Está registrado aqui, Deputado Alex.

O SR. ALEX REDANO (Por videoconferência) - Estou chegando aí. Obrigado.

(Suspende-se esta Sessão às 16 horas e 20 minutos e reabre-se às 16 horas e 44 minutos)

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Vamos retomar os trabalhos da Sessão. Convido a Secretária, Deputada

Gislaine Lebrinha, que proceda a leitura das Proposições recebidas.

A SRA. GISLAINE LEBRINHA (Secretária ad hoc) - Procede à leitura das Proposições recebidas a seguir:

PROPOSIÇÕES RECEBIDAS

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações referentes à disponibilização de uma comissão ou coletiva responsável pelo diálogo e atendimento das demandas do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia - SINDSAÚDE.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações detalhadas referentes à existência de divergências na Minuta apresentada ao Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado de Rondônia - SINDSAÚDE, referente à alteração da Lei 5.243/2021.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações detalhadas referente ao atraso na entrega da Minuta de alteração da Lei nº 5.243/2021, ao Sindicato dos Trabalhadores em Saúde no Estado de Rondônia - SINDSAÚDE.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, o cronograma do processo seletivo para a contratação de médicos cardiologistas em Cacoal/RO, bem

como o acesso ao processo do SEI n° 0036.009844/2024-94, citado no Ofício n° 13965/2024/SESAU-ASTEC.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações pertinentes à previsão da abertura de um novo Centro de Diagnóstico por Imagem - CDI, em Porto Velho/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA DRA. TAÍSSA. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, informações sobre o equipamento de Raio-X, do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, Porto Velho/RO: o ano de fabricação do equipamento de raio-X e as condições atuais do mesmo.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretária de Estado de Educação - SEDUC, informações acerca das tratativas adotadas para a regulamentação da Lei Federal n° 13.722, de 04 de outubro de 2018, reiterando o teor da Indicação n° 320/2023.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC, informações e providências acerca da efetiva aplicação da Lei n° 4.993/2021.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretária de Estado da Educação - SEDUC, informações e providências quanto à homologação do Plano de Ação para implantação do programa de capacitação permanente destinado aos cuidadores e demais profissionais atuantes na Educação Especial.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e ao Secretário de Estado de Finanças do Estado de Rondônia - SEFIN, informações e providências quanto à realização de um estudo de impacto orçamentário-financeiro visando a concessão de isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para veículos elétricos e híbridos no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora nos termos regimentais, a realização de Sessão Solene para a efetivação de outorga de Voto de Louvor à Empresa Energisa - Rondônia, a ser realizada no dia 06 de maio de 2024 às 10:00 horas no Plenário desta Casa de Leis.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, conforme art. 146, IX, c/c art. 172, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil, à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC e à Coordenadoria de Educação Física, Artes, Cultura e Esporte Escolar - CEFACEE, informações sobre os motivos que levaram a exclusão da modalidade de Futebol de Campo dos Jogos Escolares de Rondônia - JOER.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer ao Governador do Estado, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria Estadual de Assistência Social - SEAS, informações e providências quanto à execução do programa de habitação social.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JEAN MENDONÇA. Requer ao Poder Executivo, solicitação de informações acerca dos convênios firmados entre o Governo do Estado de Rondônia com o Município de Pimenta Bueno.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos Termos Regimentais, pedido de realização da Sessão Solene para entrega de Medalhas e Votos de Louvor, para os Policias Militares do Estado de Rondônia, a ser realizada no dia 10 de junho de 2024, às 15:00 horas no Plenário das Deliberações desta Casa de Leis.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Medalha de Mérito Legislativo ao Administrador de Empresas Luís Claudio Macedo, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor José Rodrigues do Prado, nos termos do artigo 167 do Regimento Interno desta Casa de Leis, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Concede a Medalha de Mérito Legislativo ao Senhor Paulo Luciano Bastos Botelho, aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Concede Título Honorífico de Cidadão Honorário do Estado de Rondônia ao Senhor João Altair Caetano dos Santos, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA IEDA CHAVES. Estabelece a obrigatoriedade de academias, estabelecimentos prestadores de atividades físicas e afins a adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher em situação de risco, assédio e/ou importunação sexual em suas dependências.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, a realização de Sessão

Solene para outorga de Votos de Louvor às mulheres em destaque no município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer a aprovação de Voto de Repúdio ao Senhor Wellington Lousado Pereira, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, vereador do município de Guaiçara, no Estado de São Paulo.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO CAMARGO. Requer ao Chefe do Poder Executivo do Estado de Rondônia, extenso ao Secretário-Chefe da Casa Civil e à Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, o envio de informações sobre o quantitativo exato e atualizado dos estabelecimentos prisionais e centros de socioeducação existentes no Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Cezar Augusto Peixoto de Lima, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Marcio Lourenço da Conceição, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Charles Gomes Siqueira, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. José Geraldo Vieira Lima de Melo, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr.

Evandro Raimundo Bento de Souza, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilma. Sra. Rosângela Ferreira Anez Alcantara, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Gustavo Ari Saar, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Victor Paulo Rodrigues de Souza, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. João Alberto Albergaria Filho, em conhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Leoma Gonçalves da Costa, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Roberto Bassi Sassamoto, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO LAERTE GOMES. Concede a Medalha do Mérito Legislativo ao Ilmo. Sr. Evaldo de Brito Rodrigues, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais, e concessão de Voto de Louvor para os Profissionais de Contabilidade, pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS E DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer a aprovação de Voto de Louvor aos colaboradores da empresa Amatur abaixo discriminados.

- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Concede a Medalha do Mérito Legislativo à empresa Amatur em razão dos serviços essenciais de transporte e fretamento prestados no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor em homenagem aos 10 anos da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado de Rondônia – UNICAFES Rondônia, pelos relevantes serviços prestados em defesa dos interesses dos segmentos do cooperativismo solidário, a ser entregue durante a Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor em Homenagem à Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia – FETAGRO, pelos relevantes serviços prestados em defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a ser entregue no mês de maio de 2024, durante a Rondônia Rural Show.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora a alteração do local para realização da Sessão Solene no dia 06 de maio de 2024, aprovada sob Requerimento 1056/2024, para ser realizado no Auditório "Deputado Amizael Gomes da Silva", das 14h às 17h, na oportunidade serão entregues homenagens aos profissionais da Taquigrafia

em comemoração aos 201 anos da Taquigrafia Parlamentar do Brasil.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora Voto de Louvor em alusão à Instituição do Dia da Taquigrafia Parlamentar Brasileira aos profissionais da taquigrafia que desenvolvem suas atividades nesta Casa de Leis, no Tribunal de Justiça do Estado e em outras instituições do Estado de Rondônia, conforme especifica.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RO, informações e providências referentes à presença de especialistas de Tradutor/a de Libras nas unidades de saúde do Estado para facilitar os atendimentos médicos, bem como a comunicação entre os pacientes surdos e os profissionais de saúde.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA CLÁUDIA DE JESUS. Requer à Mesa Diretora, Voto de Louvor à coordenação da Marcha das Margaridas Rondônia, pelo relevante trabalho em defesa de políticas para mulheres rurais, camponesas, urbanas, da floresta e das águas em Rondônia, a ser entregue durante a Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná/RO, em 2024.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELEGADO LUCAS E DEPUTADO CIRONE DEIRÓ. Requer à Mesa Diretora a realização de Sessão Solene no dia 17 de junho de 2024, segunda-feira, às 15h, no Plenário desta Casa de Leis para homenagear a empresa Amatur e seus colaboradores.

Lidas as Proposições, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Solicito à Senhora Deputada Gislaine Lebrinha, que secretaria os

trabalhos, que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

A SRA. DEPUTADA LEBRINHA (Secretária ad hoc) - Não há matérias a serem apreciadas, Presidente.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Comunicações de Liderança. O Deputado Alex Redano está inscrito.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, Deputado Pedro Fernandes, cumprimentar aqui também todos os pares, todos Parlamentares aqui presentes.

E venho nessa tribuna, Senhor Presidente, para falar de Vossa Excelência, mesmo. Quero parabenizar pela ótima Audiência no Município de Cujubim. Uma Audiência muito produtiva, onde deu vez e voz a toda a comunidade do Soldado da Borracha. Foi realmente, uma Audiência marcante, uma Audiência extremamente emocionante, que nos emocionou ouvindo o relato daquela comunidade.

É mais do que justa a nossa luta em prol da regularização fundiária do Soldado da Borracha e das demais unidades, que são consideradas reservas, mas na verdade, só se for reserva de pastagem, reserva de lavoura porque é uma região muito produtiva; são centenas de pequenas propriedades que fomentam toda a economia da região.

Então, quero aqui enaltecer o trabalho desse grande deputado, o Deputado Pedro Fernandes, por essa, e também demais audiências, demais andamentos do seu mandato. Meus parabéns.

Esteve presente conosco também, a Deputada Lebrinha, e toda a comitiva da Assembleia Legislativa, os técnicos, agradecer a todos. Meu muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDES (Presidente) - Agradecer nosso eterno presidente Deputado Alex Redano, e parabeniza-lo também, Deputado Alex, por todo esforço e por todo trabalho em defesa dessas pessoas que foram injustiçadas. E o senhor desde o seu primeiro mandato vem lutando por essa causa, parabéns.

Quero também lembrar, que a Deputada Dr^a Taíssa esteve junto conosco, ajudando lá, não é, Deputado Alex? O Deputado Lebrão fez coro conosco, Deputado Federal, naquela Audiência Pública mista, em que fizemos primeiro a Comissão Parlamentar de Inquérito - que foi muito produtiva.

Eu que agradeço, primeiramente a Deus, e a todos os nossos colegas, que juntos ficamos mais fortes, trabalhando unidos pela nossa região, principalmente, o Vale do Jamari - que é a nossa casa. Nós temos que estar unidos e ombreados junto com o Governo do Estado para poder achar uma solução legal e definitiva para toda a nossa população dessa região. Muito obrigado e parabéns.

Encerrada a Ordem do Dia, agora passamos às Comunicações Parlamentares. Não havendo ninguém inscrito, damos por encerrada.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para amanhã dia 24 de abril, no horário regimental, às 9 horas.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 59 minutos)

(Sem revisão dos oradores)